

MOVIMENTO ESTUDANTIL: AS OCUPAÇÕES NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE SÃO PAULO

ROSELI TREVISAN MARQUES DE SOUZA

AFRÂNIO MENDES CATANI

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

RESUMO: O presente artigo é parte de uma pesquisa que compõe a tese de doutorado em desenvolvimento que tem por objeto o projeto de reorganização e as ocupações nas escolas públicas do Estado de São Paulo no ano de 2015. De abordagem qualitativa (LUDKE; ANDRÉ, 2013), enquadra-se como pesquisa participante (SCHMIDT, 2006; BRANDÃO; BORGES, 2007) concebida como um instrumento, um método de ação científica ou um momento de um trabalho popular de dimensão pedagógica e política, quase sempre mais amplo e de maior continuidade do que a própria pesquisa (BRANDÃO; BORGES, 2007) procurando alinhar teoria e prática sob um viés crítico-reflexivo. Este estudo em particular tem por objetivo apresentar as impressões iniciais sobre as ocupações das escolas paulistas identificando se a contraposição feita pelos manifestantes pode reverter uma realidade político-social que visa reduzir gastos com a educação. Para situar historicamente o tema, será apresentado um breve panorama dos movimentos estudantis de 1960 aos nossos dias, destacando, nesse processo, a trajetória das ocupações das unidades escolares públicas pelo Brasil com ênfase no acontecimento do estado paulista em 2015 e finalizando com reflexão crítica sobre a motivação discente face ao anúncio do governo estadual do projeto de reorganização e sobre a relevância da organização estudantil para o exercício da cidadania.

PALAVRAS-CHAVE: Ocupação de escolas públicas estaduais de São Paulo. Reorganização estatal. Organização estudantil.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é parte de uma pesquisa que compõe a tese de doutorado em processo de desenvolvimento que tem por objeto o projeto de reorganização e as ocupações nas escolas públicas de São Paulo ocorridas no ano de 2015. Durante a investigação, houve busca de subsídios informativos que auxiliaram na reflexão sobre o objeto como documentos oficiais, textos da mídia e entrevistas, estas últimas servindo apenas como suporte da análise das grandes categorias destacadas: o papel do Estado em relação à educação, as características das políticas educacionais e as ocupações como ato político de contestação.

A pesquisa, de abordagem qualitativa (LUDKE; ANDRÉ, 2013), enquadra-se como pesquisa participante (SCHMIDT, 2006; BRANDÃO; BORGES, 2007). Nessa perspectiva, a análise dos dados qualitativos implica organização, divisão e intercorrelação do material, visando identificar tendências e padrões relevantes. Posteriormente, “[...] essas tendências e padrões são reavaliados, buscando-se relações e inferências num nível de abstração mais elevado” (LUDKE; ANDRÉ, 2013, p. 53).

No tocante ao método, de modo geral, as pesquisas participantes alinham-se a projetos que abarcam “ações sociais de vocação popular” (BRANDÃO; BORGES, 2007, p. 53), isto é, agências sociais – como ONG’s e universidades – deslocam a pesquisa a uma determinada comunidade, que pode ser escolar ou não. Nesse processo, “a pesquisa participante tende a ser concebida como um instrumento, um método de ação científica ou um momento de um trabalho popular de dimensão pedagógica e política, quase sempre mais amplo e de maior continuidade do que a própria pesquisa” (BRANDÃO; BORGES, 2007, p. 53).

Dessa forma, não há um modelo único ou uma metodologia científica própria a todas as abordagens da pesquisa participante. Assim:

Deve-se partir sempre da busca de unidade entre a teoria e a prática, e construir e reconstruir a teoria a partir de uma sequência de práticas refletidas criticamente. A pesquisa participante deve ser pensada como um momento dinâmico de um processo de ação social comunitária. Ela se insere no fluxo desta ação e deve ser exercida como algo integrado e, também, dinâmico (BRANDÃO; BORGES, 2007, p. 54).

Nesse cenário que alinha teoria e prática sob um viés crítico-reflexivo, o adjetivo *participante* pressupõe certa predisposição “à discussão sobre papéis e lugares do pesquisador e dos indivíduos e grupos na condição de colaboradores e interlocutores” (SCHMIDT, 2006, p. 35). Conforme Gil (2008, p. 31), “tanto a pesquisa-ação quanto a pesquisa participante se caracterizam pelo envolvimento dos pesquisadores e dos pesquisados no processo de pesquisa”. Embora ambas sejam intituladas participantes, já que o pesquisador vai a campo e estabelece um envolvimento junto as pessoas com as quais ele está pesquisando, na pesquisa participante, o pesquisador detém o poder no que diz respeito à construção do conhecimento, ou seja, é o pesquisador quem decide o objeto da pesquisa.

Sendo assim, esta pesquisa se caracteriza como pesquisa participante tendo em vista que essa modalidade se encontra “[...] muito mais explicitamente definida como resultado do diálogo, da interlocução e da negociação cultural e interpessoal entre pesquisadores e pesquisados” (SCHMIDT, 2006, p. 30). Nesse cenário de negociação, o enfoque ético deve permear as relações entre pesquisador e pesquisados, uma vez que:

A composição de saberes, a construção de interpretações, a transposição de distâncias sociais, culturais e psicológicas que o diálogo pode produzir dependem das posições dos protagonistas da pesquisa: transformação e confrontação de identidades e alteridades no interrogatório de diferenças são a atmosfera do diálogo (SCHMIDT, 2006, p. 36).

Essas posições, por sua vez, eclodem da negociação de valores e atitudes, das relações de poder envolvendo a ordenação dos lugares de fala, escuta e ação no decorrer da pesquisa de campo, das formas de apropriação e destinação do saber elaborado e finalmente, da percepção dos efeitos de dominação e de emancipação do conhecimento e sua divulgação (SCHMIDT, 2006).

No que tange ao método de investigação, a pesquisa participante tem níveis diferentes de participação: o pesquisador pode ser um participante totalmente observador (conversa e até interage, mas não interfere em nada, é totalmente observador) ou totalmente participante (conversa, interage, questiona, contribui, interfere o tempo todo ou em determinados momentos).

No caso da pesquisa desenvolvida, com o foco de pensar o movimento estudantil, passamos a considerá-la totalmente participante, sendo alicerçada por uma metodologia qualitativa de base interpretativa (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). O *corpus* da pesquisa, no entanto, também é composto de documentos legais impressos, reportagens de jornais coletados entre os anos de 2015 e 2017, além das entrevistas com estudantes, diretores e com a vereadora Elisabete Tonobohn Siraque, conferindo também à pesquisa uma abordagem qualitativa documental (SEVERINO, 2012, p. 121), de cunho crítico-reflexivo.

O diagnóstico proporcionado pelas entrevistas tem sido relevante à elaboração da pesquisa. Desse modo:

[...] na entrevista a relação que se cria é de interação, havendo uma atmosfera de influência recíproca entre quem pergunta e quem responde. Especialmente nas entrevistas não totalmente estruturadas, onde não há a imposição de uma ordem rígida de questões, o entrevistado discorre sobre o tema proposto com base nas informações que ele detém e que no fundo são a verdadeira razão da entrevista. Na medida em que houver um clima de estímulo e de aceitação mútua, as informações fluirão de maneira natural e autêntica (LUDKE; ANDRÉ, 2013, p. 39).

Ademais, a maioria das entrevistas é semiestruturada por “[...] possibilitar a condução da conversa conforme os interesses do pesquisador e por deixar espaço tanto para uma participação mais espontânea do entrevistado quanto para uma intervenção do pesquisador para aprofundar algum assunto se necessário” (QUEVEDO-CAMARGO; SCARAMUCCI, 2014, p. 223). Diante do exposto, no campo dos estudos em ciências humanas, a prática dá suporte à teoria e vice-versa.

Na investigação, deparamo-nos também com dados divulgados no I Encontro Internacional da Rede Pública e Universidade: *Reformas de Ensino e Movimentos de Resistência – Diálogos entre Brasil e América Latina*¹ que aconteceu nos dias 16 e 17 de maio de 2017, na Universidade Federal do ABC, município de Santo André. Na ocasião, os participantes das ocupações convidados descreveram como se iniciou o movimento estudantil e o que vivenciaram nos dias em que estiveram reunidos nas escolas ocupadas. Uma diretora de escola que apoiou as manifestações apresentou suas opiniões e considerações sobre o movimento.

Ressalta-se que nessa trajetória foram utilizadas para análise reportagens da chamada mídia não oficial e publicações nas redes sociais². Essa decisão foi validada a partir da leitura de um artigo³ apresentado no 16º Congresso Nacional de Iniciação

Científica – CONIC/SEMESP, intitulado “Reorganização’ das escolas públicas estaduais do estado de São Paulo: a cobertura nas páginas da *Folha de S. Paulo*”, de autoria de Beatriz de Campos Santoro, da área de Ciências Sociais Aplicadas e subárea Comunicação Social: Faculdade Cásper Líbero, sob orientação de Claudio Novaes Pinto Coelho.

Nesse artigo, a autora concluiu que o discurso mais utilizado para anunciar ou debater a reorganização escolar na *Folha de S. Paulo* não foi o discurso dos estudantes. Segundo Santoro (2016), esses foram pouco escutados:

Em 48 dias analisamos o total de treze matérias publicadas nas páginas do jornal impresso da *Folha de S. Paulo*, todas sobre a reorganização de escolas do estado e algumas com esse pano de fundo [...]. Dentre essas treze, apenas quatro matérias contaram com alguma fala dos alunos, os mais afetados na reorganização (SANTORO, 2016, p. 6).

Para Santoro (2016)⁴, a mídia oficial trabalha com unilateralidade discursiva. Por isso, no estudo, no sentido de (des) ideologizar a comunicação, evidenciaram-se os relatos da mídia alternativa. Antes, porém, de explicitarmos as características do objeto será traçado um breve histórico dos movimentos sociais entre meados do século XX e as duas primeiras décadas do século XXI.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS

No século XX, houve vários momentos de resistência da população contra os regimes que ampliavam, à época, as desigualdades sociais. Nas palavras de Chatterjee (2004), são regimes projetados para destruir a identidade cidadã. Contra tal organização estatal, surgem os movimentos sociais transversalizando a dominação e resgatando o ideal de cidadania.

Os movimentos tiveram vertente contra hegemônica e foram ampliados na medida em que o autoritarismo e as discriminações embasavam a estrutura de uma classe que ascendia vertiginosamente o poder político e econômico. Entre 1960 e 1968, a chamada contracultura moveu o campo político. Na década de 1960, eclodiram sob inspiração de jovens militantes nas universidades, uma radical e intensiva ação da base operária, assim como o “movimento militante negro *Black Power*”, inspirando, ainda, “uma segunda onda de feminismo e os movimentos pelos direitos individuais” (PURDY, 2010). É de 1968 ainda o surgimento das “ocupações, manifestações, sublevações e barricadas em protestos” contra as políticas tradicionais. (PURDY, 2010).

Esses movimentos não surgiram do nada e não ficaram restritos àquele ambiente e época. Os estudantes sintomaticamente colidiram com forças sociais mais amplas caracterizadas por ideias antielitistas, mantendo uma postura crítica mais contundente à “alienação e à hipocrisia da sociedade norte-americana” do que a diferença de classes e a miséria econômica (PURDY, 2010). Os manifestantes tendiam na ação visualizar as causas dos povos oprimidos como negros e vítimas do imperialismo norte-americano

evidenciando, nesse contexto, a guerra do Vietnã, os direitos estudantis nas universidades e mais liberdade individual na vida cotidiana. Enfatizavam a democracia participativa, a espontaneidade e o ativismo criativo, tendências táticas e estratégicas (PURDY, 2010)⁵ que caracterizavam movimentos sociais no mundo inteiro na época.

Em seguida, no Brasil, os movimentos sindicais, no fim da década de 1970 e meados de 1980, apoiados por uma vertente da Igreja Católica, também significavam uma reação ao autoritarismo. Na década de 1990, os movimentos sociais ocorreram por todo o mundo tendo como participantes a grande massa de excluídos produzida pela globalização (GOHN, 2013b, p. 13 e 19). Quanto à estrutura dessas organizações, a autora diz que:

[...] as novas mobilizações não são convocadas por partidos ou sindicatos, ainda que muitos deles peguem carona com o desenrolar das ações. A principal explicação é dada não apenas pelos rumos que partidos e sindicatos têm adotado na atualidade, mas sim pelo desencanto com a política, a indignação do cenário de corrupção, falta de ética, mau uso do dinheiro público e falta de vontade política dos dirigentes. Marchas, manifestações e ocupações organizadas na atualidade são promovidas por coletivos organizados que estruturam, convocam/convidam e organizam-se *on-line*, por meio das redes sociais (GOHN, 2013b, p. 20-21).

Ainda, ao final de 1990, observam-se novas formas de manifestações como os jovens emergindo em manifestos públicos, principalmente, após os eventos em Seattle em 1999. Conforme Bringel e Muñoz⁶ (2010, p. 29):

Os protestos de Seattle e o nascimento do movimento antiglobalização supuseram uma importante mudança, tanto na sociedade internacional [...] como nas formas de mobilização política (já que insere um repertório renovado de ação coletiva, marcado por dinâmicas internacionais e transnacionais). A partir de Seattle, as forças sociais de diferentes naturezas [...] passam a desempenhar um rol mais ativo no âmbito global, por meio de diferentes estratégias e formas de participação. Tal fato permite o forjamento de um espaço numa arena outrora completamente dominada pelos Estados e organizações internacionais, os quais se veem obrigados a incluir em suas políticas uma maior participação da sociedade civil. [...] o movimento antiglobalização demonstrou uma importante capacidade de organização (criando amplas redes sociais ou celebrando encontros relevantes, entre os quais se destaca, entre outros, o Fórum Social Mundial) [...].

O que é corroborado por Gohn (2013b, p. 16) quando afirma que:

[...] os movimentos e mobilizações sociais mudaram novamente seus territórios e o eixo de seus repertórios discursivos. Passaram da antiglobalização (ou alterglobalização) para a negação da globalização e seus efeitos sobre a economia e o social, especialmente após a crise econômico-financeira de 2008.

Por esses e outros motivos os movimentos antiglobalização se demonstram ser um importante meio de mobilização planetária criando amplas redes sociais ou celebrando encontros relevantes para debater os efeitos negativos da globalização, entre os quais se destaca o Fórum Social Mundial⁷, de mobilização internacional. Constata-se

que essa forma de organização mundial, na segunda metade do século XXI, se reveste de grande significado devido ao resgate de ideais de extrema direita os quais visam à sobreposição exacerbada do poder econômico (HOBBSAWN, 2001)⁸. Em 2018, por exemplo, a Universidade Federal da Bahia (UFBA) sediou o Fórum Social Mundial e tratou no evento sobre os movimentos sociais de todos os continentes com o objetivo de elaborar alternativas para uma transformação social global. O tema do evento, que aconteceu de 13 a 17 de março, foi: *Resistir é criar, resistir para transformar*⁹.

Em 2011, o *Occupy Wall Street* foi exemplo de organização juvenil que, segundo Slavoj Žižek (2012), demonstrava a indignação pela falta de ética, de moral, de valores e de justiça social. Manuel Castells (2009, p. 34), em *Comunicación y Poder*, relata que as relações de dominação estão sujeitas à resistência por não serem, de fato, relações sociais.

Para Gohn (2013b, p. 17), a comunicação se ampliou devido à utilização de celulares e diferentes formas de mídia móvel trazendo à tona o ciberativismo enquanto que, para Castells (2009), o potencial das tecnologias de comunicação é capaz de reverter contextos políticos unidimensionais:

No obstante, la comunicación de masas suele ser predominantemente unidireccional. Sin embargo, con la difusión de Internet, ha surgido una nueva forma de comunicación interactiva caracterizada por la capacidad para enviar mensajes de muchos a muchos, en tiempo real o en un momento concreto, y con la posibilidad de usar la comunicación punto-a-punto, estando el alcance de su difusión en función de las características de la práctica comunicativa perseguida (CASTELLS, 2009, p. 88).

Os jovens da América Latina foram atingidos pela nova forma de fazer política e as ocupações das escolas se tornaram exemplos desse formato de mobilização. Essa nova forma de fazer política aconteceu primeiramente no Chile, em 2006, com a chamada *Revolução dos Pinguins*, assim conhecida por causa do tradicional uniforme utilizado pelos estudantes. A Revolução dos Pinguins reuniu estudantes de mais de cem colégios do país mobilizados para uma greve nacional convocada para o dia 30 de maio daquele ano, contando com a adesão de mais de 600.000 estudantes, sendo considerado o maior protesto de estudantes na história do Chile cuja pauta era: Abolição da Lei Orgânica Constitucional de Ensino; Abolição do Decreto Supremo 524 de 10 de abril de 1990, que regula os Centros de Alunos; Fim da municipalização do ensino; Estudo e reformulação da Jornada Escolar Completa (JEC); Gratuidade da Prueba de Selección Universitaria (PSU - Prova de Seleção Universitária); Passe escolar gratuito e unificado; Tarifa escolar gratuita no transporte escolar para o ensino médio.

Em 2007¹⁰, aconteceram as ocupações na Universidade de São Paulo. Essas ocupações se constituíram num movimento que teve início no dia 3 de maio de 2007, sendo desencadeado quando um grupo de estudantes tentara entregar uma lista de reivindicações à reitoria e, ao não serem recebidos, decidiram aguardá-la no local. Durante os dias nos quais a reitoria permaneceu ocupada, foram deflagradas greves de estudantes, de servidores e de professores. Essas ocupações repetiram-se no ano de 2013¹¹.

Em 2011, foi reproduzido na Argentina um manual de ocupação – *O Coletivo: O Mal-Educado – Como Ocupar um Colégio?*¹² – sendo este veiculado pelas redes sociais e internet. Em 2012, estudantes da Educação Básica do Mato Grosso experienciaram a ação e, em 2015, os paulistas fizeram o mesmo ocupando as escolas estaduais para, finalmente, em 2016, os discentes do Sul, Centro-Oeste e Nordeste Brasileiro aderirem a essa nova forma de fazer política.

No processo investigativo, o discurso dos manifestantes secundaristas e os documentos apresentaram a existência da negação dos direitos sociais na implementação da política pública em questão. Os envolvidos se projetam para novos tempos em que há espaço para a participação popular nas decisões sobre educação.

Segundo relatos dos entrevistados, os discentes requeriam não somente direito de voz, mas também reversão do ato legal. Nesse sentido, em todo o país, outras propostas reformistas autoritárias¹³ foram refutadas e, dentre essas, a reorganização da Rede Pública Estadual de São Paulo – a PEC 241 e a MP nº 746 – de 22 de setembro de 2016. Para Gohn (2013b, p. 11), dessa forma, a maioria dos movimentos sociais tem dado voz e vez a novos sujeitos sociopolíticos historicamente excluídos das arenas de participação, tais como os jovens.

UM REGISTRO SOBRE AS OCUPAÇÕES

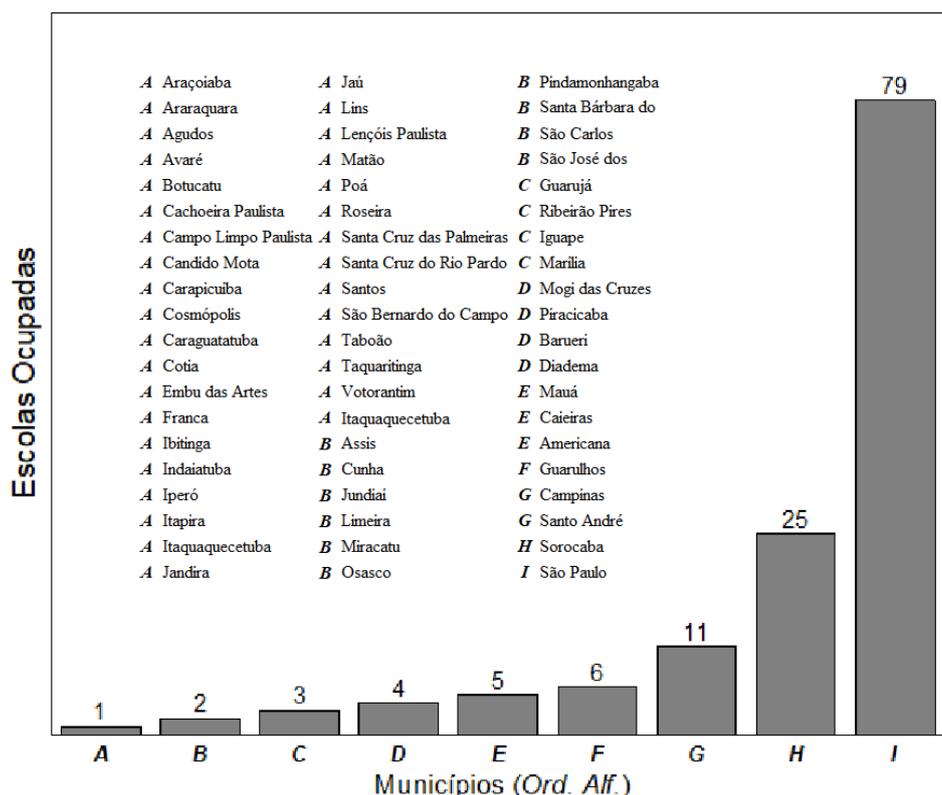
São Paulo é um estado do Brasil composto por 645 municípios divididos em 14 regiões¹⁴, sendo que as ocupações tinham como alvo prioritário as escolas periféricas da capital paulista, mas não somente elas. Precisamente, em 23 de setembro de 2015, foi anunciada a reorganização das escolas da Rede Pública Estadual de São Paulo e, nesse processo, 94 escolas seriam disponibilizadas para finalidade incerta¹⁵.

A partir do anúncio, os alunos se organizaram e ficaram, em média, quarenta dias ocupando os espaços escolares e somente os desocuparam mediante a revogação do Decreto nº 61.672, de 30 de novembro de 2015, por meio do Decreto nº 61.692, de 04 de dezembro de 2015. Após essa determinação legal, o Comunicado SE de 11 de dezembro de 2016 disciplinou o procedimento das escolas que estavam ocupadas para a finalização do ano letivo.

A forma de gerir a educação pública não era inovadora tendo em vista que a mesma ação governamental aconteceu em 1995; no entanto, à época, o retrocesso à determinação legal não ocorreu. Observa-se que o Decreto nº 40.473, de 21 de novembro de 1995, instituiu a reorganização das escolas da Rede Pública Estadual acarretando na (des) responsabilização do Estado com um número expressivo de unidades escolares. Assim, pode-se afirmar que a mobilização estudantil em 2015 surpreendeu a sociedade paulista e brasileira, não só pela organização do movimento, mas, principalmente, pelo desfecho favorável aos manifestantes.

Em 9 de novembro de 2015, a Escola Estadual Diadema, na Região do Grande ABC, Estado de São Paulo, Brasil, foi ocupada pelos estudantes. Cerca de 9 horas depois, mais de 100 alunos ocuparam a Escola Estadual Fernão Dias Paes, em Pinheiros, bairro da capital paulista. Nos dias seguintes, estavam ocupadas 239 em todo o estado¹⁶.

Gráfico 1 - Quantidade de escolas ocupadas em cada município de São Paulo¹⁷



Há 645 municípios no estado de São Paulo e o registro gráfico denota um movimento que atingiu quase 10% deles e nem todas as escolas dos municípios aderiram ao movimento. Em números, a ação estudantil parece ter contado com pouca participação, mas obteve o êxito esperado. Portanto, qual a fórmula desse êxito?

A quantidade de escolas ocupadas em cada município de São Paulo, ainda que pouco expressiva, demonstrou a perspectiva de uma educação escolar delineada pela ação política do cidadão, como diz Marco Aurélio Nogueira, *Em Defesa da Política* (2012), que perpassa pelo conceito de direito universal à educação, confrontando, por meio de ação integrada, com a comunidade, o poder governamental e a efetividade do direito à educação. Direito esse recorrentemente questionado tendo como base da dúvida uma conjuntura que propicia o aumento da desigualdade econômica e exclusão social, resultantes da condução política unilateral que não tem priorizado a educação de qualidade para todos.

O movimento insere-se no cenário brasileiro requerendo que arcabouços normativos e jurídicos voltassem os olhos em defesa do reconhecimento (HONNET, 2011) e das necessidades de classes sociais invisíveis. Refutaram domínios, atribuições e

extensões legais, trazendo destaque à educação e à cidadania, por meio das redes sociais e também de uma relação próxima cotidianamente, por intermédio de assembleias.

O grupo organizado refutou, enfim, a sujeição, a estagnação histórica, as configurações da estrutura estatal que impunham uma política pública de caráter emergencial de atendimento à agenda do neoliberalismo engendrada por governantes e seus domínios que vislumbram serviços fragmentados, dispersos, de materialidade inconsistente, destinados a determinados estratos sociais.

A reportagem publicada na *Revista Educação* intitulada “Entenda a evolução das ocupações de escolas em São Paulo”, por Lara Deus (2015), a seguir, registra a trajetória de resistência estudantil à medida governamental:

Quadro 1 - Evolução das ocupações em 2015 no Estado de São Paulo

Data	Evento
23/09/2015	Anúncio da Reorganização pela SEE-SP.
07/10/2015	APEOESP (Sindicato dos Professores de São Paulo) divulga lista de 116 escolas que supostamente seriam fechadas.
28/10/2015	A SEE-SP anuncia lista de 754 escolas que se tornariam de ciclo único em 2016. Também foram divulgados os nomes das 94 escolas fechadas cujos prédios seriam repassados para outros órgãos.
09/11/2015	EE Diadema foi ocupada. (Localizada na Região do Grande ABC – SP)
10/11/2015	EE Fernão Dias foi ocupada (Localizada em Pinheiros – São Paulo – Capital)
19/11/2015	SEE-SP tenta negociar suspensão de 10 dias das ocupações e foi recusada pelos estudantes.
23/11/2015	Momento de expansão do movimento - 100 escolas ocupadas.
24/11/2015	Data da avaliação externa <i>Sistema de Avaliação de Resultados do Estado de São Paulo</i> (SARESP). Nesse período a avaliação nas escolas ocupadas foi cancelada implicando na inexistência de indicadores de desempenho e de fluxo escolar, em 2015, no site da SEE/SP.
26/11/2015	Estudantes do <i>Liceo Statale Virgilio</i> , em Roma (Itália), ocuparam a escola e mostraram solidariedade ao movimento de São Paulo.
De 30/11/2015 a 03/12/2015	Mais de 20 manifestações tomam conta da capital paulista. 33 estudantes detidos (polícia truculenta)
01/12/2015	Mais de 200 escolas estaduais estavam ocupadas. TV Folha publica vídeo mostrando o estado precário das escolas e deleta no mesmo dia, segundo internautas que repercutiam o material. ¹⁸
04/12/2015	Instituto Datafolha constata queda de popularidade do governador Geraldo Alckmin e Secretário da Educação de São Paulo renuncia ao cargo. De fevereiro de 2015 a 04 de dezembro do mesmo ano a avaliação de ótimo ou bom caiu de 38% para 28% e, das pessoas que o avaliavam de ruim a péssimo, subiu de 24% para 30%. Após o anúncio da revogação do Decreto citado anteriormente foi relatado que a reorganização seria debatida ao longo do ano de 2016. Nesse sentido, a vereadora Elisabete Tonobohn Siraque denuncia: “Ele relatou à mídia que em 2016 haveria audiências públicas sobre a reorganização; estamos em março de 2016 e nada. Sei apenas que salas do Ensino Médio Noturno foram fechadas. É necessário garantir direito à educação aos alunos trabalhadores. Só pensam em reduzir gastos?”.

05/12/2015	Governo do Estado de São Paulo publica no Diário Oficial Decreto n.º 61.962, de 4 de dezembro de 2015, que revoga o Decreto n.º 61.672, de 30 de novembro de 2015, que autorizava a transferência de professores, fato evidente da reorganização. Algumas escolas começam a ser desocupadas.
05/12/2015	Artistas como Criolo, Leo Cavalcanti e Vanguard se apresentam na virada da ocupação, evento organizado pela Rede Minha Sampa para apoiar o movimento dos secundaristas.
09/12/2015 (paralelamente)	Colégio Estadual José Carlos de Almeida, em Goiânia (GO), é ocupado contra o projeto de governo de entregar escolas às organizações sociais. Em uma semana 21 escolas foram ocupadas no Estado.
15/12/2015	O jornal norte-americano <i>The New York Times</i> (OPINION) publicou artigo sobre o movimento das ocupações em São Paulo: <i>Brazil's students Occupy Their Schools to Save Them</i> .
17/12/2015	Decisão da Justiça de São Paulo reforça a suspensão da reorganização escolar para 2016. Comando das Escolas em Luta recomenda a desocupação das 57 escolas que ainda estavam com alunos.

Fonte: Souza (2018).

Em relação ao Quadro 1, Foucault (2004) postula que toda forma de poder é indissociável às práticas de resistência. Nenhum dos movimentos contra as políticas de reorganização das escolas esteve imune a tais práticas. Por conseguinte, cabe refletir: com que/quais finalidades essa ideia de reorganização das escolas públicas de São Paulo se insere como uma disposição do Estado? Por um lado, não se pode perder de vista que é para o fortalecimento do Estado que a reorganização se dará, e este igualmente se responsabilizará e se beneficiará dela. Por outro lado, estão implícitos alguns recursos de poder que esse Estado assumiu para que seu projeto de reorganização viesse a se efetivar. Cabe também saber quem são os idealizadores da reorganização no Estado de São Paulo.

Nos atuais sistemas de educação, os burocratas e funcionários das Secretarias de Educação fiscalizam e asseguram que os procedimentos escolares, administrativos e pedagógicos estejam em concordância com aquilo que está estabelecido nas normas. Todo o Estado é formado, necessariamente, por mecanismos em que o nível hierárquico se responsabilize pela fiscalização de si mesmo e também por aquele que lhe é imediatamente inferior.

Portanto, são os burocratas que movem o Sistema, representantes do Estado que estão constantemente presentes lançando o olhar para o cumprimento das normas estabelecidas. Reduzir gastos é um objetivo, mas confinar membros de certos estratos sociais (BAUDRILLARD, 1974) a um espaço de exclusão (SPOSITO, 2001) é outro objetivo não descartado da ação político-estatal.

É precisamente isso, a vigilância hierárquica, o olhar sempre presente do Estado, por meio de seus funcionários, controlando corpos, mentes e os espaços de convivência. São vários recursos utilizados para que o cerceamento e o controle nos termos que consideram adequados ao todo se efetivem, desde a separação dos alunos por seriação, turnos, idades até o local do confinamento. Adverte-se também que essa relação entre Estado e estudantes já não é controlada apenas por dispositivos disciplinares, mas por dispositivos de segurança.

A seguir será apresentado um quadro resumido das ocupações no Brasil entre os anos de 2015 e 2016 e os motivos das manifestações.

Quadro 2 - Ocupações de escolas estaduais no Brasil em 2015 e 2016¹⁹

Semestre/ Ano	Estados	Motivo
2/2015	São Paulo	Os manifestantes refutavam a Reorganização e fechamento de 94 escolas públicas estaduais. Decreto nº 61.672, de 30 de novembro de 2015, revogado pelo Decreto nº 61.962, de 4 de dezembro de 2015.
1/2016	São Paulo	Ocupação do prédio do Centro Paula Souza ²⁰ , Estudantes das Etecs ocuparam o local onde funciona a administração da rede de escolas técnicas em 28 de abril de 2016. Questionavam o fechamento de salas de aula e reivindicavam refeição.
1/2016	Goiás	O movimento lutava contra o projeto que disponibilizaria a gestão da educação pública de 27 escolas para as Organizações Sociais (OSs) ²¹ , particularmente no que se referia à contratação dos professores e funcionários
2/2016	Rio de Janeiro/ Rio Grande do Sul/ Ceará	Em 21 de novembro de 2016 iniciam as ocupações em solidariedade à greve dos professores da rede estadual contra o controle ideológico das escolas e por uma alimentação escolar adequada ²² .
2/2016	Pernambuco	Em Pernambuco, 45 prédios, entre escolas e universidade, foram ocupados. Manifestavam contra a Proposta de Emenda à Constituição – PEC 241/2016 (BRASIL, 2016) ²³ e PEC 55 ²⁴ , referente ao limite de gastos da União nos próximos 20 anos com a administração pública. A reitoria da Universidade Católica também foi ocupada em 11 de novembro de 2016. ²⁵
2º Semestre de 2016	Paraná	Segundo o Upes (União Paranaense dos Estudantes Secundaristas) foram 570 escolas públicas ocupadas, representando 28% de 2.154 mil ²⁶ . Protestam contra a Medida Provisória 746, de 22 de setembro de 2016 (BRASIL, 2016) ²⁷ . <i>Institui a Política de Fomento à Implementação de escola de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9304/96, de 20 de dezembro de 1996. Prevê a Reforma do Ensino Médio e contra a Proposta de Emenda Constitucional - PEC 241, de 11 de outubro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para instituir o Novo Regime Fiscal limitando os gastos públicos do governo federal.</i> ²⁸
2º Semestre de 2016	Brasília ²⁹	No Distrito Federal foram oito as instituições ocupadas ³⁰

Fonte: Souza (2018).

No Quadro 2, os dados, corroborados com os dados do Quadro 1, sinalizam uma idealidade característica de pretensões políticas de ordem social, como espécie de denúncia e resoluções de problemas sociais, culturais e econômicos e, no caso, relacionados às políticas de Estado em pleno descompasso, pretensões essas construídas a partir de indicadores e dados estatísticos nem sempre condizentes à(s) realidade(s).

Embora prevista e operacionalizada sob o prisma do direito do Estado e com todas as prerrogativas que lhe abarcam, a reorganização das escolas públicas no Brasil, estudado em seus regimes de verdade instituídas e instituintes, em interfaces às suas condições próprias no jogo de outros discursos de verdades, esquadrinha, classifica e resguarda determinados sujeitos em um arcabouço pretensamente resolutivo, em complexos movimentos sociais e culturais cotidianos.

Examinados os motivos das manifestações fica evidente que os estudantes não aceitaram a limitação do Estado no seu papel de garantir os direitos sociais à população. Disso, pergunta-se: qual o objetivo estatal? Pelo observado, pretendia-se diminuição de gastos. Tratava-se de descompromissos com a demanda, menos prédios para manutenção e descaso com aqueles estudantes que trabalham e precisam de um período noturno para continuidade de estudos. Como se chegará à qualidade e como se garantirá a permanência dos alunos quando o contexto educacional está pautado na limitação de gastos?

Sob outra perspectiva, a situação não foi diferente em Goiás. Lá, propuseram a transferência do pagamento do quadro de funcionários e professores para empresas privadas deflagrando a privatização como prioridade da administração pública.

Ainda, sobre isso, Chauí (2012, p. 153), no artigo *Democracia e Sociedade Autoritária*, relata:

A privatização não se refere apenas às empresas estatais e ao afastamento do estado nas decisões econômicas, mas se refere sobretudo ao abandono dos investimentos dos fundos públicos nos serviços e direitos sociais, que passam a depender das leis de mercado (privatização da educação, da saúde, dos transportes, da habitação, da cultura, etc.).

Na verdade, a educação, em toda União, não se constitui em um bom negócio para votos, não é uma política pública que salta aos olhos.

A BUSCA POR CIDADANIA

As atuais políticas educacionais deveriam estar amparadas na Constituição Federal de 1988 e na LDB nº 9394/96. Os esforços para constituir um arcabouço legal foram consideráveis para regulamentação e implantação de políticas públicas nessa área. Todavia, interesses políticos, econômicos e ideológicos interrompem o êxito educativo em prol do todo social.

Ocorre que a educação brasileira convive com um discurso favorável à democracia, embora atue com políticas governamentais pautadas no neoliberalismo. Sônia Draibe (2003), ao dissertar sobre os ciclos de implementação e reforma de políticas

sociais, auxilia na localização das práticas que alterariam a paisagem das políticas sociais que – por seus valores e definições – fariam pensar que estamos em um Estado de bem-estar plenamente desenvolvido. No entanto, face ao recorrido, esse desenvolvimento pode ser evidenciado?

Os movimentos sociais são a evidência mais palpável de que direitos não estão sendo respeitados. Eles surgem para resgatar o roubado e são sustentados pela ideia de conquista da cidadania, comumente debilitada no capitalismo tardio e no arremedo da democracia, sistema amplamente difundido, mas pouco aplicado em sociedades de classes.

Na apresentação do título *Políticas Públicas e Regulação da Educação - temas em debate*, Nardi, Almeida e Viana (2015) relatam que no contexto brasileiro e no latino-americano, em geral, existe uma regulação que repercute na composição, estrutura e gestão das redes públicas de ensino imprimindo alterações na configuração dessas redes segundo critérios de produtividade, eficácia, excelência e eficiência encabeçadas por processos de reforma. Sobre isso, os autores ainda completam:

Trata-se de um quadro que, do ângulo dos que se dedicam ao exame e ao debate das problemáticas nele inscritas, demanda a atenta apreensão do aparato conceitual que delinea e informa o pensamento dominante (Harvey, 2005) e a criteriosa análise de elementos que implicam a política educacional, atitudes necessárias à revisão crítica da ação do Estado nestes tempos. (NARDI, ALMEIDA E VIANA, 2015, p.11).

Segundo Touraine (1968), o movimento social, quando guarda um caráter emancipatório e transformador, vem relacionado à construção de uma sociedade realmente democrática e igualitária e se constitui no sentido de vencer um opositor que procura suprimir os direitos dos cidadãos.

Marshall (1967), em sua reflexão sobre o crescimento das sociedades capitalistas, aponta para um nível de desigualdade social aceitável. Seria aquele em que não houvesse mendicância, ao contrário da situação vigente no Brasil em que os efeitos da desigualdade ao longo do desenvolvimento capitalista chegaram a um nível considerado inaceitável pelo autor.

Para Marshall (1967), é compreensível que haja conflito entre a concepção de cidadania – que privilegia igualdade – e a concepção de sistema capitalista – que promove a desigualdade. Diante desse antagonismo, como o desenvolvimento conjunto seria possível? Ressalta o autor que dependeria de uma configuração social cujo limite fosse dado pelos valores éticos e políticos refletidos no crescimento econômico estruturado na distribuição de renda equitativa. Ocorre que o sistema capitalista tomou novas proporções nos dias atuais tornando-se, pela vertente neoliberal, ainda mais promotor de desigualdades sociais. No que se refere à educação, esse modelo político determina políticas públicas e o fazer educativo.

A *Escola de Chicago*, por exemplo, é um referencial do pensamento neoliberal no que tange ao fazer educativo. Essa escola foi pioneira no trabalho pedagógico amparado pela Teoria do Capital Humano cujo objetivo era formar empreendedores. Dentro dessa teoria, a finalidade educacional, conforme Foucault (2008, p. 201), está na estruturação do “*homo oeconomicus*, que não é o homem da troca, não é o homem consumidor, é o homem da empresa e da produção”.

Trata-se do investimento em uma educação que valoriza a competitividade e o sucesso individual originários do poder econômico. A ideia de vencer a competição implica em governar o outro e ter ganhos exorbitantes em detrimento da miséria planetária. Envolve, enfim, a potencialização do mercantilismo e da racionalização do poder do Estado na forma governamentalizada; o neoliberalismo inibindo a construção de uma sociedade menos desigual. Sendo assim, pode-se inferir que a sociedade contemporânea sob o enfoque neoliberal está diante de uma concepção de aprendizagem de caráter mercadológico.

Sabe-se que as concepções de sociedade delimitam o tipo de formação oferecida. Qual modelo educacional poderia inverter essa dinâmica e modelar uma sociedade menos desigual? Segundo Severino (2006, p. 621), o conceito de educação foi alterado ao longo da construção das sociedades, mas, independente do momento histórico, “[...] a educação foi sempre vista como processo de formação humana”; para qual finalidade é a questão que o autor destaca. Para o pensador:

ela [...] envolve um complexo conjunto de dimensões que o verbo *formar* tenta expressar: constituir, compor, ordenar, fundar, criar, instruir-se, colocar-se ao lado de, desenvolver-se, dar-se um ser. É relevante observar que seu sentido mais rico é aquele do verbo reflexivo, como que indicando que é uma ação cujo agente só pode ser o próprio sujeito. Nessa linha, afasta-se de alguns de seus cognatos, por incompletude, como informar, reformar e repudia outros por total incompatibilidade, como conformar, deformar. Converge apenas com transformar [...] (SEVERINO, 2006, p. 621).

Severino (2006) demonstra que existe uma concepção educativa que pode alterar os rumos de uma sociedade excludente, trata-se de promover a formação integral a qual ganha significado na interação entre os homens e não na competição. Essa reflexão desconstrói o modelo de educação incitada pelos neoliberais.

Diante disso, caberia questionar sobre qual caminho a escola poderia trilhar para que formasse integralmente seus estudantes no sentido de que pudessem enfrentar os paradigmas da contemporaneidade subvertendo-os. Outro questionamento que se impõe é: qual tipo de formação educativa poderia produzir a transformação humana no sentido de que os sujeitos do processo se olhassem mutuamente exercitando solidariedade e cidadania?

Inicialmente, identifica-se que uma escola submetida a um fazer educativo unidimensional é inapta à formação para a plena cidadania e à ideia de atendimento aos reais interesses desses sujeitos na atualidade (CATANI; GILIOLI, 2004). Fato é que, pelos registros desse artigo, verifica-se que desde 2012 a sociedade brasileira tem se deparado com um novo “tipo de ser humano” que emergiu das experiências dos movimentos estudantis. Esse discente experimentou a ideia de fazer política e a partir de então como lidará com essa aprendizagem?

Com efeito, as questões são relevantes visto que se mantida a concepção de caráter mercadológico de educação como via principal de formação significará pensar um homem limitado a uma existência financeira, bem distante da dimensão política de

educação que se configura como suporte àqueles que se dispunham às reuniões em torno de um propósito maior na construção de uma sociedade menos desigual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As impressões iniciais da pesquisa se amparam na constatação de que o pensamento neoliberal tem contribuído para a ampliação da desigualdade e da exclusão social, pois, quando na política pública prevalece o poder econômico, há sinais evidentes de privilégios aos que detêm esse poder. Nessa perspectiva avançada do pensamento capitalista (CATANI, 2011), deflagra-se uma realidade de extrema miséria e pobreza observada principalmente nos países periféricos. Constata-se também que a educação pública nesses países é afetada pelo gerenciamento estatal com foco na diminuição da responsabilidade financeira.

É nesse sentido que atua a SEE/SP ao aplicar políticas públicas como a da reorganização das escolas, tornando-se parte desse sistema governamentalizado, contribuindo para a ampliação da (des) escolarização e da desumanização.

Ocorre que não somente um estado brasileiro passa por esse processo inquietante que afeta a educação. No Brasil, atualmente, em geral, tem-se refutado o modo autoritário da implementação da reforma curricular da Educação Básica, especialmente do Ensino Médio, parecendo ser mais uma manipulação política com a finalidade de atender ao modelo de sociedade que os capitalistas requerem³¹. Muitas questões estão sem respostas: uma delas, a mais recorrente, está em saber sobre a relevância que será dada às disciplinas de cada área do conhecimento humano. A preocupação docente recai sobre a manutenção da Arte, da Educação Física, da Filosofia e da Sociologia.

O descrito propicia a compreensão de que a educação brasileira, ao sofrer interferência do capital e das leis globais de cunho neoliberal, está perdendo o sentido de formação humana para a cidadania posta na CF de 1988 e na LDB de 1996. Constantes políticas públicas educacionais promovem alterações na dinâmica escolar, mas estas não contam com a participação e aprovação dos professores, alunos e sociedade. Tedesco (2012) afirma que “[...] as mudanças costumam ser avaliadas pelos professores e alunos como princípios abstratos sem aplicabilidade efetiva”. No mínimo, elas representam um claro desrespeito aos excluídos das decisões desse universo.

Por isso, ainda que seja pouco abrangente o resultado positivo da mobilização dos secundaristas nos anos que seguem após as ocupações, os movimentos estudantis, nos diversos segmentos da educação, representaram ao país um meio de conquista cidadã³² respondendo à proposição educativa que destaca a necessidade de participação política dos estudantes e da sociedade como um todo. Esses movimentos³³, enfim, ganham conotação de promotores de reflexão da realidade, de formadores de consciência sobre o ser social e político e de mediadores na garantia dos direitos daqueles que estão sendo submetidos a uma educação de baixa qualidade, a qual resulta na ampliação da injustiça, da desigualdade e da exclusão social.

Artigo recebido em: 14/10/2018
Aprovado para publicação em: 22/12/2018

STUDENT MOVEMENT: OCCUPATIONS IN SÃO PAULO STATE SCHOOLS

ABSTRACT: This file includes part of a research that the doctoral thesis in development, which has as its object the reorganization and the occupations in the public schools of the State of São Paulo, in 2015. This study aims to present the first impressions on the occupations of the schools of São Paulo, identifying if the opposition made by the protesters can reverse a social-political reality that aims at less investment with education. Therefore, will be present a brief overview of the student movement from 1960 to the present day. Emphasizing, in this process, the trajectory of the occupations of the public school units for Brazil, with emphasis on the event in the State of São Paulo and ending with a critical reflection not only on student motivation in the face of the notice of State Government, as well as the relevance of the student organization for education in São Paulo.

KEYWORDS: Reorganization. State of São Paulo schools. Occupations. The student movement.

MOVIMIENTO ESTUDANTIL: OCUPACIONES EN LAS ESCUELAS ESTATALES DE SÃO PAULO

RESUMEN: El presente forma parte de una investigación que compone la tesis de doctorado en desarrollo, el cual tiene como objeto la reorganización y las ocupaciones en las escuelas públicas del Estado de São Paulo, en 2015. Este estudio, en particular, tiene como objetivo presentar las impresiones iniciales sobre las ocupaciones de las escuelas paulistas, identificando si la contraposición hecha por los manifestantes puede revertir una realidad político-social que busca una menor inversión en la educación. En este sentido, será presentada una breve reseña de los movimientos estudiantiles ocurridos a partir de 1960 hasta nuestros días. Destacando, en ese proceso, la trayectoria de las ocupaciones de las unidades escolares públicas en Brasil, con énfasis en lo acontecido en el estado paulista, en el año 2015 y finalizando con una reflexión crítica no sólo de la motivación estudiantil y sus efectos dentro del sistema educativo, como consecuencia del anuncio del gobierno estatal, sino también sobre la relevancia de la organización estudiantil para la educación paulista.

PALABRAS CLAVE: Reorganización. Escuelas estatales de São Paulo. Ocupaciones. Movimiento estudiantil.

NOTAS:

1) Endereço: <https://doity.com.br>. Acesso em: 07 jan. 2018.

2) Jornalistas livres – endereço: <https://jornalistaslivres.org>, <http://m.youtube.com>, além de diversos vídeos sobre o tema publicados no *YouTube*; outros endereços: [@MidiaNINJA](http://midianinja.org), <https://m.facebook.com>, <https://www.brasil247.com>; <https://www.brasildefato.com.br>; www.m.vermelho.org.br; www.redebrasilatual.com.br, entre outros que têm como principal veículo de informação as redes sociais. Também foram examinadas as publicações no *Facebook* de dez ocupadas escolas e do mal-educado coletivo.

SOUZA, R. T. M.; CATANI, A. M.

3) Este artigo dialoga com o trabalho de Marcos Luiz Cripa (2007), A Cobertura no Jornal Folha de São Paulo: uma análise comparativa dos anos 1973 e 2002, em que o autor relata que a Folha de São Paulo tem um jornalismo apegado a agendas, fontes e declarações oficiais.

4) Texto de Santoro "Reorganização" das escolas estaduais do Estado de São Paulo: a cobertura nas páginas da *Folha de S. Paulo*. In: CONGRESSO NACIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 16., 2016, São Paulo, **Anais...** São Paulo: Semesp, 2016. V.4. Disponível em: <http://conic-semesp.org.br/anais/files/2016/trabalho-1000022503.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2017.

5) Artigo de Sean Purdy, professor do departamento de História da USP. 1968: a rebelião estudantil nos Estados Unidos. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/1968-a-rebeliao-estudantil-nos-estados-unidos/>. Acesso em: 26 jan. 2019.

6) BRINGEL, B.; Echart E. Dez anos de Seattle, o movimento antiglobalização e a ação coletiva transnacional Ciências Sociais Unisinos, São Leopoldo, Vol. 46, N. 1, p. 28-36, jan/abr 2010. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/938/93820632005.pdf>. Acesso em 28 de nov. 2018.

7) Trecho do artigo de Ana Lucia Santana. Fórum Social Mundial. "O Fórum Social Mundial ou FSM é um acontecimento anual, estruturado internacionalmente por representantes de organizações sociais de vários cantos do Planeta. Ele tem por meta conter uma globalização moldada pelos líderes do modelo capitalista-liberal - a face oculta dos grandes complexos multinacionais e das instituições governamentais -, sempre ratificado pelos estadistas de cada país. [...] Inicialmente o Fórum foi concebido como uma contraposição ao Fórum Econômico Mundial de Davos, reunido anualmente em Davos, na Suíça, no mês de janeiro, organizado pelas instituições mais poderosas do Planeta e por chefes políticos dos países mais ricos. Hoje, porém, eles são normalmente realizados em datas distintas. O primeiro Fórum Social teve um caráter pioneiro; os que se seguiram a ele caracterizam-se por uma procura constante de propostas não convencionais, que sejam um contrapeso às ideias oficiais. Talvez por esse seu caráter alternativo, este evento atraia principalmente a presença de membros da esquerda internacional, das mobilizações antiglobalização e das organizações sociais não governamentais". Disponível em: <https://www.infoescola.com/geografia/forum-social-mundial/> Acesso em 26 jan. 2019.

8) Entrevista de Eric Hobsbawm de 2001. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0KM4RTL3vIU>. Acesso em 26 jan. 2019.

9) Disponível em: <http://bahia.ba/salvador/ufba-sediara-forum-social-mundial-2018/> Acesso em 26 jan. 2019.

10) Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br> – reportagem de 11 de agosto de 2007, com o título Após 50 dias, estudantes desocupam reitoria da USP. Acesso: 10 de jan. 2018.

11) Em 2013 houve também o movimento Passe Livre para contestar o aumento das tarifas do transporte público. <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/01/1730391-movimento-passe-livre-tem-linha-de-frente-mais-teen-nos-atos-deste-ano.shtml>.

12) <https://gremiolivre.wordpress.com/2015/10/21/como-ocupar-um-colegio-versao-online/>

13) Exemplos mais recentes: a reorganização das escolas públicas de São Paulo e a PEC 241.

14) Disponível em: <https://www.nossosaopaulo.com.br/MunicipiosDeSaoPaulo.htm>. Acesso em 28 de nov. 2018.

15) Ver no site www.folha.uol.co.br - Folha de S. Paulo, de 23 de setembro de 2015, a reportagem de André Monteiro, intitulada SP vai transferir mais de um milhão de alunos para dividir escolas por séries. Acesso em 06 de janeiro de 2018. No site www.educacao.estadao.com.br, em 26 de outubro de 2015, do Estado de S.Paulo – Estadão, foi publicada a reportagem de Luiz Fernando Toledo, Governo de São Paulo anuncia o fechamento de 94 escolas. Acesso em 06 jan. 2018.

16) Ver no site <https://brasil.elpais.com>, a reportagem de 20 de novembro de 2015, de Marina Rossi, Ocupação de 182 escolas em SP vira teste de resistência de Alckmin. Dois dias antes, em 18 de novembro de 2015, no mesmo site, foram publicados os nomes de 182 escolas ocupadas. No site www.educacao.sp.gov.br foi publicada, em 29 de outubro de 2015, a lista de escolas “que passarão pela reorganização”, mas quando do acesso à lista em 06 de janeiro de 2018, existe informação de que a reorganização foi adiada. Acesso 6 jan. 2018.

17) No que se refere às escolas ocupadas, há nova lista das mesmas que foi publicada em <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/11/veja-lista-das-escolas-ocupadas-no-estado-de-sao-paulo.html>, de 23 de novembro de 2015, atualizada em 02 de dezembro de 2015. Acesso 06 jan. 2018. No site <http://especiais.g1.globo.com/sao-paulo/2015escolas-ocupadas-em-sao-paulo/>, há o mapa das escolas ocupadas em São Paulo. Acesso em: 6 jan. 2018.

18) O link que segue dá acesso ao vídeo que mostra a precariedade de alguns prédios das escolas estaduais do Estado de São Paulo.

19) A presidenta da UBES, Camila Lanes, fala sobre as ocupações no Brasil. Ver nos vídeos disponíveis em: <https://www.youtube.com/watch?v=PleYnEppTHU> e https://www.youtube.com/watch?v=0FTNkz-mwF8&fbclid=IwAR2Sy_Got4jyzBBfngXxkHmH6Qt-TmH_VyTW14TRXPrK8FEFhW2DI_epSQE acesso em 28 de nov. de 2018. No segundo vídeo foram apontadas 1.140 escolas em todo o país.

20) Reportagem, Alunos das Etecs mantém ocupação do Centro Paula Souza, de 29 de Abril de 2016, por Isabela Palhares, publicada no Jornal O Estado de S. Paulo. Etec é autarquia do governo de São Paulo responsável por administrar escolas técnicas e faculdades de tecnologia no Estado. O subtítulo traz a informação de que Estudantes vão permanecer acampados no prédio da autarquia e ganham apoio de alunos da ESP e do Movimento Passe Livre. Disponível em: <http://www.educacao.estadao.com.br> Acesso em: 10 jan. 2018.

21) MORAES; XIMENES, 2016, ver na página 1082 do texto Políticas Educacionais e a Resistência Estudantil (2016). Educ. Soc., Campinas, v.37, nº 137, p.1079-1087, out-dez., 2016.

22) Ver endereço: www.g1.globo.com.br – Cresce o número de ocupações em escolas estaduais em Pernambuco. Reportagem de 21 de novembro de 2016.

23) MORAES; XIMENES, ver na página 1083 do texto Políticas Educacionais e a Resistência Estudantil (2016). Educ. Soc., Campinas, v.37, nº 137, p.1079-1087, out-dez., 2016.

SOUZA, R. T. M.; CATANI, A. M.

24) Disponível em <<https://25.senado.leg.br>> – Proposta de Emenda à Constituição nº 55, de 2016 – PEC do Teto dos Gastos Públicos. Institui o Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, que vigorará por 20 exercícios financeiros, existindo limites individualizados para as despesas primárias de cada um dos três Poderes, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União [...]. Norma jurídica gerada: Emenda Constitucional nº 95 de 15/12/2016. Altera o ato das disposições constitucionais transitórias, para instituir o novo regime fiscal, e dá outras providências, publicada no [Diário Oficial da União de 16/12/2016] (p. 2, col.2).

25) Ver no endereço <www.educacao.estadao.com.br> há a reportagem de Fabio de Castro – publicada em *O Estado de S. Paulo*, em 26 de outubro de 2016, 1022 escolas e 84 universidades estão ocupadas em 19 Estados e no DF. No link: <www.educacao.uol.com.br> consta a reportagem de 17 de outubro de 2016, PR tem quase um terço das escolas ocupadas contra a reforma do ensino médio.

26) Disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/politica/a-ocupacao-das-escolas-e-falta-de-habilidade-do-judiciario>> Acesso em 28 de nov. de 2018, por Fernanda Valente “Até o momento, 1.197 escolas estão ocupadas em todo o país de acordo com o levantamento da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES). O movimento que se popularizou como ‘Primavera Secundarista’ com o lema ‘Ocupar e resistir’ tem unido milhares de alunos da rede pública que se posicionam por motivos em comum: eles são contra a PEC 241 que irá cortar os investimentos na educação, tal como a Medida Provisória do Ensino Médio, a MP 746, que visa reformular o ensino e a Lei da Mordaza ou Escola sem Partido [...] O Paraná conta com 843 escolas ocupadas. Na semana passada (26), o discurso da estudante secundarista Ana Júlia Ribeiro, de 16 anos, surpreendeu os deputados paranaenses na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) e viralizou mundialmente chegando a ser compartilhado pela ex-presidente Dilma Rousseff (PT) e virando pauta para a revista americana Forbes. No discurso, Ana Júlia mostrou a legitimidade nas ocupações defendendo que os alunos aprenderam mais sobre política e cidadania nas escolas tomadas do que em suas escolas no padrão antigo. Além disso, a estudante afirmou que o movimento não tem incentivo político. “A nossa única bandeira é a educação e é apartidária” [...].

27) Ver o vídeo em que a estudante de 16 anos Ana Júlia relata sobre a experiência das ocupações e sobre os motivos pelos quais os estudantes se organizaram. Consideram o movimento apartidário e são contra a PEC 746 e a PL escola sem partido <https://www.cartacapital.com.br/politica/a-ocupacao-das-escolas-e-falta-de-habilidade-do-judiciario>

28) Reportagem de Afonso Benites, publicada no endereço <<https://brasil.elpais.com>> em 22 de novembro de 2016, com o título, PEC 241: projeto que limita gastos públicos será divisor de águas para Temer.

29) Disponível em <<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,pais-tem-1022-escolas-e-84-universidades-ocupadas-em-19-estados-e-em-brasilia,10000084398>>

30) Disponível em <<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,pais-tem-1022-escolas-e-84-universidades-ocupadas-em-19-estados-e-em-brasilia,10000084398>> acesso em 28 de nov. 2018.

31) PEC 241 – MP 746.

32) Ressalta-se nesse aspecto a repressão que foi feita aos estudantes durante e após as ocupações, bem como a diretores de escolas que foram ocupadas. Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/blog/almeida/antes-da-posse-deputado-que-quebrou-placa-de->

marielle-entra-em-escola-e-intimida-diretora> e < <https://www.cartacapital.com.br/politica/aliado-de-temer-mbl-tenta-desarticular-ocupacoes-escolares-no-parana>>. Acesso dos dois links em 28 de nov. de 2018.

33) Entidades declaram apoio aos secundaristas. Na contramão da falta de competência em lidar com o tema, ontem (31), a AJD (Associação dos Juizes para a Democracia) e o Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) divulgaram nota de apoio aos secundaristas e demonstraram preocupação com a forma como as ocupações estão sendo tratadas no país. Para a AJD, trata-se de exercício de liberdade de expressão para atrair a atenção do Estado e da sociedade à questão. Leia a nota na íntegra. O Unicef afirmou em nota que “é imprescindível o diálogo dos gestores das políticas de educação com os estudantes em todas as questões que impactam a Educação”. Além disso, afirmaram que cabo ao Estado preservar a integridade de cada pessoa. * Artigo publicado originalmente no site Justificando. Disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/politica/a-ocupacao-das-escolas-e-falta-de-habilidade-do-judiciario>> acesso em 28 de nov. 2018.

Referências

BAUDRILLARD, J. *À sombra das maiorias silenciosas: o fim do social e o surgimento das massas*. Ed. Brasiliense. SP, 1985.

BRANDÃO, C. R. (Org.). *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

BRANDÃO, C. R. (Org.). *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A pergunta a várias mãos: a experiência da pesquisa no trabalho do educador*. São Paulo: Cortez, 2003.

BRASIL. [constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*.

[2016]. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 29 jul. 2016.

BRASIL. *Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Presidência da República. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 17 jun. 2016.

BRASIL. *Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016*. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei n.º 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. Brasília, DF, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm. Acesso em: 18 nov. 2016.

SOUZA, R. T. M.; CATANI, A. M.

CATANI, A. M.; GILIOLO, R. S. P. *Culturas juvenis: múltiplos olhares*. São Paulo: Unesp, 2004.

CATANI, C. de R.; MELLO, G. M. de C. Escolas de luta, educação política. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 37, n. 137, p. 1177-1202, out./dez. 2016.

CHATERJEE, P. *Colonialismo, modernidade e política*. Salvador: Editora EDUFBA, 2004.

CHAUÍ, M. Democracia e sociedade autoritária. *Comunicação & Informação*, Goiânia, v. 15, n. 2, p. 149-161, jul./dez. 2012. Disponível em: file:///C:/Users/Cliente/Downloads/24574-104067-1-PB%20(1).pdf. Acesso em: 18 nov. 2017.

COSTA, S. de S. G. Governamentalidade Neoliberal, Teoria do Capital Humano e Empreendedorismo. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 171-186, maio/ago. 2009.

DEUS, L. Entenda a evolução das ocupações de escolas em São Paulo. *Revista Educação*, São Paulo, 18 dez. 2015. Disponível em: <http://www.revistaeducacao.com.br/entenda-a-evolucao-das-ocupacoes-de-escolas-em-sao-paulo/>. Acesso em: 22 nov. 2017.

DRAIBE, S. A política social no período de FHC e o sistema de proteção social. *Revista Tempo Social*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 63-101, nov. 2003.

FOUCAULT, M. Governamentalidade. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 277-293.

FOUCAULT, M. Governamentalidade. *Nascimento da Biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GERHARDT, Tatiana E.; SILVEIRA, Denise T. (Org.). *Métodos de Pesquisa*. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. Editora Atlas. São Paulo. 2008.

GOHN, M. da G. *Movimentos sociais e educação*. São Paulo: Cortez, 2013a. (Questões de nossa época).

GOHN, M. da G. *Sociologia dos movimentos sociais*. São Paulo, Cortez: 2013b.

GOULART, D. C.; PINTO, J. M. R.; CAMARGO, R. B. de. Duas reorganizações (1995-2015): do esvaziamento da rede pública estadual paulista à ocupação das escolas. *ETD – Educação Temática Digital*, Campinas, v. 19, n. 1, p. 109-133, jan./mar. 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8647797/15186>. Acesso em: 14 jun. 2017.

HONNETH, A. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo, 2003.

KRUPPA, S. M. P. É correta a decisão do governo de São Paulo de separar alunos por ciclo escolar? Não. *Folha Digital*, Tendências e Debates, Caderno Opiniões, 15 out. 2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2015/10/1695049-e-correta-decisao-do-governo-de-sao-paulo-de-separar-alunos-por-ciclo-escolar-nao.shtml?loggedpaywall>. Acesso em: 14 jan. 2017.

KRUPPA, S. M. P. Qualidade na contramão. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 17 out. 2015. Caderno A3. Tendências e Debates. Disponível em: www.folha.com.br/tendencias>. Acesso em: 3 jan. 2018.

KUENZER, A. Z. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: SAVIANI, D.; SANFELICE, J. L.; LOMBARDI, J. C. (Org.). *Capitalismo, trabalho e educação*. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2005. p. 77-96.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E.D.A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 2013

MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Tradução Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MORAES, C. S. V.; XIMENES, S. B. Políticas educacionais e a resistência estudantil. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 37, n. 137, p. 1079-1087, out./dez. 2016.

NARDI, Elton L.; ALMEIDA, M. de L. P.; VIANA, I. M. T. C. (Org.). *Políticas públicas e regulação da educação: temas em debate*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2015.

NEUBAUER, R. A escola que faz diferença. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 17 out. 2015a. Caderno A3. Tendências e Debates. Disponível em: www.folha.com.br/tendencias. Acesso em: 3 jan. 2018.

NOGUEIRA, M.A. *Em defesa da Política*. São Paulo. Ed. Senac, 2001.

O MAL-EDUCADO. São Paulo, 2016. Disponível em: <http://gremiolivre.wordpress.com>. Acesso em: 14 jan. 2018.

PAPARELLI, R. *Desgaste mental do professor da rede pública de ensino: trabalho sem sentido sob a política de regularização de fluxo escolar*. 2009. 184 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

Movimento estudantil: as ocupações nas escolas...

Artigo 484

SOUZA, R. T. M.; CATANI, A. M.

QUEVEDO-CAMARGO, G.; SCARAMUCCI, M. V. R. Metodologia de pesquisa sobre efeito retroativo da avaliação no ensino de línguas: avanços e possibilidades. In: GONÇALVES, A. V.; SILVA, W. R.; GÓIS, M. L. C. (Org.). *Visibilizar a linguística aplicada: abordagens teóricas e metodológicas*. 1. ed. Campinas: Pontes editores, 2014.

RAMONET, I. O poder midiático. In: MORAES, D. (Org.). *Por uma outra comunicação*. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 243-252.

SANTORO, B. de C. "Reorganização" das escolas estaduais do Estado de São Paulo: a cobertura nas páginas da Folha de S. Paulo. In: CONGRESSO NACIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 16., 2016, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Semesp, 2016. v. 4. Disponível em: <http://conic-semesp.org.br/anais/files/2016/trabalho-1000022503.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2017.

SÃO PAULO (Estado). *Decreto n.º 57.141, de 18 de julho de 2011*. Reorganiza a Secretaria da Educação e dá providências correlatas. São Paulo, 2011. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2011/decreto-57141-18.07.2011.html>. Acesso em: 20 jan. 2011.

SÃO PAULO (Estado). *Decreto n.º 61.692, de 4 de dezembro de 2015*. Revoga o Decreto n.º 61.672, de 30 de novembro de 2015. São Paulo, 2015a. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2015/decreto-61692-04.12.2015.html>. Acesso em: 18 nov. 2016.

SCHMIDT, M. L. S. *Ética nas pesquisas em ciências humanas e sociais na saúde*. [ADERALDO & ROTHSCHILD]. São Paulo. 2006.

SEVERINO, A. J. A busca do sentido da formação humana: tarefa da Filosofia da Educação. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 32, n. 3, p. 619-634, set./dez. 2006.

SEVERINO, A. J. A cidadania como inclusão social: tarefa da educação. *Revista da APG*, São Paulo, v. 9, n. 21, p. 11-22, 2000.

TEDESCO, J. C. *Qualidade na educação e políticas educacionais*. Brasília, DF: Liber Livros, 2012.

TOURAINÉ, A. *Le communisme utopique: le mouvement de Mai 68*. Paris: Politique, 1968.

VEIGA-NETO, A. Governamentalidade e educação. *Revista Colombiana de Educación*, Bogotá, Colômbia, n. 65, p. 19-41, jul./dic. 2013.

ZIZEK, S. *O violento silêncio de um novo começo*. Occupy: movimentos de protestos que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo, 2012.

ROSELI TREVISAN MARQUES DE SOUZA pesquisadora do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, sob orientação do Professor Dr. Afrânio Mendes Catani.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-8530-2400>

E-mail: rtms1962@usp.br

AFRÂNIO MENDES CATANI: professor da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (USP). Doutor em Sociologia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), da USP.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-8530-2400>

E-mail: amcatani@usp.br

Este periódico utiliza a licença *Creative Commons Attribution 3.0*, para periódicos de acesso aberto (*Open Archives Initiative - OAI*).